

AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A

AV. GOIÁS N. 91 - CENTRO - GOIÂNIA/GO - Site: www.goiasfomento.com

CNPJ.: 03.918.382/0001-25



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A - **GOIÁSFOMENTO** relativas ao primeiro semestre de **2023** e de **2022**, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

rata do Brasil e pela Comissão de Valores Mobillários.

No primeiro semestre de 2023, a inflação acumulada medida pelo IPCA/IBGE ficou em 2,87%, apresentando deflação no último mês do período, enquanto a meta para o ano é de 3,25%. A manutenção da taxa básica de juros em níveis elevados pela autoridade monetária, tem como uma das consequências a retração no crédito e consequentemente no consumo, tendo reflexos sobre a dinámica econômica afetam sensivelmente a atuação desses agente financeiro na operacionalização de financiamentos. Em números gerais, quando se compara o primeiro semestre de 2023 em relação ao mesmo período de 2022, verifica-se que o número de contratos ativos reduziu em 18,2% e, enquanto o saldo em carteira reduziu 31,1% face às amortizações de contratos, enquanto as receitas totais foram 3% menores. Em relação ao resultado financeiro negativo no período, ocorreu em função de provisões de rendas a receber pela prestação de serviços no âmbito do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Industriais – FUNPRODUZIR e do Fundo de Participação e Investimento - FOMENTAR, contabilizados no contas a receber desde 2018, sendo provisionados em face de determinação do BACEN.

Nesse cenário, a Goláš-Fomento apresentou resultado financeiro negativo (prejuízo) no semestre, fican-

Nesse cenário, a GoiásFomento apresentou resultado financeiro negativo (prejuízo) no semestre, ficando em 26,5%, ou seja, R\$ 8,4 milhões.

1. RESULTADOS DO SEMESTRE

1. RESULTADOS DO SEMESTRE
1. A Golás-Fomento elevou a recuperação de ativos demonstrados no balanço que encerrou em 30/06/2023 sendo 9,4% maior, em relação a 30/06/2022. No semestre, as receitas com recuperação somaram R\$ 6,2 milhões, ante a R\$ 5,7 milhões do semestre anterior.

1. Saldo da provisão para devedores duvidosos foi menor, alcançando R\$ 10,9 milhões em 30/06/2023 contra R\$ 12,7 milhões no final do mesmo período do ano anterior. Com a redução no saldo da carteira, o indice de inadimplência da carteira que encerrou 30/06/2023 em 10,3% contra um indice de 8,2% no encerramento do 1º Semestre do ano anterior.

1. A despeito das provisões mencionadas no início, determinadas pelo BACEN, as despesas com provisão incluindo para devedores duvidosos somaram R\$ 14,1 milhões, ficando R\$ 7,4 milhões maior que o projetado e mesmo período do ano anterior, com variação de 26,2%.

1. Smilhão obtido no mesmo período de 2022. Comparando-se as receitas com recuperação de crédito às despesas com provisões para operações de crédito, ou seja, excluindo-se as provisões relativas a rendas do FUNPRODUZIR FOMENTAR, essas receitas foram R\$ 2,5 milhões maiores em relação às despesas, com variação de 67%.

rendas do FUNPRODUZIR FOMENTAR, essas receitas foram R\$ 2,5 milhões maiores em relação às despesas, com variação de 67%.

Os ativos totais quando comparados a data base de 31/06/2022, tiveram uma redução de 11,9%, alcançando R\$ 246,4 milhões, face as amortizações de recursos de repasses capitados através da Caixa Econômica Federal para aplicação no ámbito do PNMPO, do FUNGETUR que, somados foram de R\$ 18,0 milhões, e das provisões de rendas a receber dos fundos que somaram R\$ 10,4 milhões (14,5%), implicando na variação do ativo total, enquanto o patrimônio líquido reduziu 3,1% totalizando R\$ 189,1 milhões em 30/06/2022 foi de R\$ 7,2 milhões (14,5%), implicando na variação do ativo total, enquanto o patrimônio líquido reduziu 3,1% totalizando R\$ 189,1 milhões em 30/06/2022.

No semestre, os desembolosos de crédito somaram R\$ 16,2 milhões em 1.086 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos, ante a um volume desembolsado de R\$ 24,8 milhões no mesmo periodo do ano anterior em 1.349 operações de crédito.

operações de crédito.

O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/FCO/BNDES/FUNGETUR /FINEP), ao final do 1º Semestre de 2023 ficou em R\$ 106,2 milhões, com variação de 31,1% menor em relação a 30/06/2022, contando no final do período com 5.835 contratos ativos contra 7.131 no final do primeiro

Por outro lado, o saldo de recursos em tesouraria aumentou de R\$ 88.3 milhões para R\$ 119.6 Por outo lado, o saldo de recursos em tesourana aumentou de x3 o5,3 mintoes para x3 113,5 milhões, o sequals, R\$ 7,7 milhões foram provenientes de recebimento de valores provisionados do PRODUZIR/FOMENTAR e do Banco Santos, como também, em face da redução nos desembolsos, variando em 35,5% a mais que em 30/06/2022. A taxa de rendimento dos recursos em tesouraria foi maior, ficando em 1,22 % a.m. neste semestre contra 0,95% a.m. no mesmo período do ano anterior, face as elevações na taxa de juros oficial.

2. PERSPECTIVAS A GOIÁSFOMENTO vem, em cumprimento a sua função institucional, executando ações dentro das A GUIASFOMENTO vem, em cumprimento a sua tunçao institucional, executando ações dentro das públicas definidas pelo seu acionista controlador em diversos programas de crédito, garantias, subsidios de juros sob a forma de equalização, programas de transferência de renda, com foco no microcrédito produtivo, entre outros, visando o desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás. A GoiásFomento busca a ampliação das operações de crédito as microempresas, empresas de pequio porte, produtor rural e empreendedores individuais, cumprindo sua missão institucional buscando novas fontes de receitas, incluindo ações que visem a prestação de outros serviços financeiros, para alayancar novas formas de apoio

Agradecimentos

A Diratoria Executiva apresenta os resultados obtidos no 1º semestre de 2023 destacando o cumprimento das exigências legais aplicáveis às instituições financeiras, na administração profissional, esperada das sociedades empresariais, focada em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário,
zelando por seu patrimônio e pela valorização de seus colaboradores.

Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros,
colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo
trabalho realizado nesse período.

trabalho realizado nesse período

Goiânia (GO), 11 de agosto de 2023.

ALAN FARIAS TAVARES sidente do Conselho de Administra EURÍPEDES JOSÉ DO CARMO LEANDRA ADRIANO DE ASSIS Diretora de Operações
LUCAS FERNANDES DE ANDRADE

BALANÇO PATRIMONIAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023 E EXERCÍCIO DE 2022 (Em R\$ mil)							
ATIVO	30/06/23	31/12/22					
CIRCULANTE	191.870	200.397					
DISPONIBILIDADES	8	12					
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Carteira Própria (NOTA 4)	119.577 119.577	96.318 96.318					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5) Empréstimos Setor Privado Financiamentos Setor Privado Financiamentos Rurais e Agroindustriais Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	52.978 38.849 19.798 2.145 (7.814)	67.180 43.760 34.015 1.179 (11.774)					
OUTROS CRÉDITOS Diversos (NOTA 6) Provisão p/ Outros Créditos	12.771 23.162 (10.391)	30.149 30.150 (1)					
OUTROS VALORES E BENS Outros Valores e Bens (NOTA 7) Provisão p/Desv. De Outros Val. e Bens	6.536 6.848 (312)	6.738 7.050 (312)					
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	54.506 50.638	62.051 58.076					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5) Empréstimos Setor Privado Financiamentos Setor Privado Financiamentos Rurais e Agroindustriais Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	41.777 19.489 20.686 4.696 (3.094)	47.316 22.208 26.360 2.553 (3.805)					
OUTROS CRÉDITOS Diversos (NOTA 6) Provisão p/ Outros Créditos	8.861 8.865 (4)	10.760 10.764 (4)					
PERMANENTE (NOTA 8) INVESTIMENTOS Ações IMOBILIZADO DE USO	3.868 10 10 3.858	3.975 10 10 3.962					
IMÓVEIS DE USO Terrenos Edificações Depreciações Acumuladas OUTROS IMOBILIZADO DE USO Imobilizado de Uso Depreciações Acumuladas IMOBILIZADO EM CURSO Outros INTANGÍVEL Ativos Intangíveis	3.353 2.422 1.867 (936) 471 1.724 (1.253) 34 34 394	3.390 2.422 1.867 (899) 538 2.008 (1.470) 34 34 33					

Intangíve

TOTAL DO ATIVO

(394)

246.376

(391)

262.448

Fim do Período

Aumento/Redução de Caixa e Equivalente de Caixa

PASSIVO	30/06/23	31/12/22		
CIRCULANTE	36.931	41.697		
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	25.941	29.136		
Repasses do País - BNDES	699	710		
Repasses do País - FCO	3.764	4.015		
Repasses do País - FINEP	294	309		
CEF - PNMPO	5.040	6.154		
Repasses do País - FUNGETUR	16.144	17.948		
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 10)	10.990	12.561		
Sociais Estatutárias		2.686		
Fiscais e Previdenciárias	1.265	2.498		
Diversas	9.725	7.377		
NÃO CIRCULANTE	209.445	220.751		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	20.351	25.566		
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	20.351	25.566		
Repasses do País - BNDES `	149	457		
Repasses do País - FCO	4.484	6.288		
Repasses do País - FINEP	3.553	2.236		
CEF - PNMPO	-	1.827		
Repasses do País - FUNGETUR	12.165	14.758		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	189.094	195.185		
Capital Social (NOTA 11)	186.394	186.394		
Reserva de Lucros	2.700	8.791		
TOTAL DO PASSIVO	246.376	262.448		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO NOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 30 DE JUNHO DE 2022 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	SEME	STRES		
DESCRIÇÃO	30/06/2023	30/06/2022		
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA Operações de Crédito (NOTA 5e) Resultado de Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 4b)	20.804 12.787 8.017	RECLASSIFICAÇÃO 18.654 13.518 5.136		
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA Provisão pl Créditos de Liquidação Duvidosa (NOTA 12) Provisão Desvalorização de Títulos Livres Empréstimos e Repasses RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(16.666) (3.714) (10.390) (2.562) 4.138	(8.973) (5.587) (39) (3.347) 9.681		
OUTRAS RECEITAS /(DESPESAS) OPERACIONAIS Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 14) Despesas de Pessoal (NOTA 13) Outras Despesas Administrativas (NOTA 13) Despesas Tributárias (NOTA 13) Outras Receitas Operacionais (NOTA 14) Outras Despesas Operacionais (NOTA 14)	(10.542) 6.246 (15.537) (4.380) (1.467) 4.741 (145)	(6.297) 8.271 (14.707) (3.866) (1.565) 5.741 (171)		
RESULTADO OPERACIONAL	(6.404)	3.384		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(8)	90		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(6.412)	3.474		
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (NOTA 15) Imposto de Renda Contribuição Social Diferenças Temporárias - Ativos Diferidos Imposto de Renda Diferenças Temporárias - Ativos Diferidos Contribuição Social	(2.028) - (1.002) (1.026)	(2.007) (940) (762) 395 (441)		
Empregados LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO NO SEMESTRE LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00	(8.440)	(259) 1.467 0,0079		

DRA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS ABRANGENTES EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 30 DE JUNHO DE 2022 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	SEMES	TRES
DESCRIÇÃO	30/06/2023	30/06/2022
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO NO SEMESTRE	(8.440)	3.368
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	
RESULTADOS ABRANGENTES NO SEMESTRE	(8.440)	3 368

MONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 30 DE JUNHO DE 2022 (Em R\$ mil)

	CAPITAL AUMEN- RESERVAS DE LUCROS LU-						
EVENTOS	REALI-	TO DE	. =	EXPAN-	INCEN-	CROS	TOTAL
	ZADO	CAPITAL	LEGAL	SÃO	TIVOS	ACUMU- LADOS	
SALDO EM 31/12/2021	186.069		4.139	3.335			197.118
Transferência para Aumento de Capital			4.139	3.335	3.575	-	197.110
Resultado do Semestre	-		-	-		1.467	1.467
	· -	-	70	-	-		1.467
Reserva Legal	-	-	73		-	(73)	
Reserva para Expansão	-	-	-	894	-	(894)	-
Dividendos				(2.951)			(2.951)
Juros Sobre Capital Próprio				-		(500)	(500)
SALDO EM 30/06/2022	186.069	-	4.212		3.575	-	195.134
MUTAÇÕES DO PERÍODO		_	73	(2.057)		-	(1.984)
SALDO EM 31/12/2022	186.394	_	4.307	909	3.575	-	195.185
Ajuste de Semestre Anterior	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-		-	-
Aumento de Capital			-	-	-	-	-
Dotação para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Aumento de Capital	-	850	-	(850)	-	-	_
Resultado do Semestre		_	-	((8.440)	(8.440)
Reserva Legal			-			-	-
Reserva para Expansão			_				
Transferência p/ Estado							
Juros sobre Capital Próprio	١.	2.349	١.	١.	١.	١.	2.349
Proposta de Compensação			(1.607)	(59)	(3.575)	8.440	2.043
SALDO EM 30/06/2023	186.394	(0.100)	2.700	(00)	(0.070)	0.440	189.094
MUTAÇÕES DO PERÍODO	100.004		(1.607)	(909)	(3.575)		(6.091)
MICHAÇOLO DO PERIODO			(1.007)	(303)	(3.373)		(0.031)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA FM 30 DE JUNHO DE 2023 E 30 DE JUNHO DE 2022 (Em R\$ mil)

	SEMESTRES			
DESCRIÇÃO	30/06/2023	30/06/2022		
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações				
Lucro Líquido	(8.440)	1.467		
Depreciação e Amortização	(177)	155		
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(23.259)	5.676		
Operações de Crédito	19.741	8.604		
Outros Créditos	19.277	(3.052)		
Outros Valores e Bens	202	(59)		
Outras Obrigações	(1.571)	654		
Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações	5.773	13.445		
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamentos				
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(8.410)	(9.943)		
Destinado para Aumento de Capital	2.349	-		
Transferência Acionistas Majoritário	-	(2.951)		
Juros Sobre Capital Próprio Propostos		(500)		
Caixa (utilizado) Provenientes das Atividades de Financiamentos	(6.061)	(13.394)		
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos				
Investimentos	- 004	(40)		
Imobilizado de Uso Imobilizado em Curso	284	(48)		
Caixa (utilizado) Provenientes das Atividades de Investimentos	284	(48)		
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa Início do Período	(4)	3 7		

8 (4)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023 E DO EXERCÍCIO DE 2023 (Em R\$ Mil)

Nota 1 – Contexto operacional

A Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁSFOMENTO é Instituição Financeira de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil, órgão regulador, constituída pela Lei Estadual nº 13.533/99 e regida pela Resolução 2828/2001, do Conselho Monetário Nacional e respectivas alterações. O objeto da Instituição é estimular os investimentos produtivos, em infraestrutura econômica e social, contribuindo para o crescimento sustentável por meio da prospecção de oportunidades de negócios, geração e manutenção de empregos e renda, modernização das estruturas produtivas, aumento da competividade estadual e redução das desigualdades sociais e regionais. As principais atividades são a concessão de crédito com recurso próprios e repasses do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos; FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo e CEF – Calxa Econômica Federal e 6 o Agente Financeiro dos Fundos Públicos, são eles, FUNPRODUZÍR – Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais; FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento a Industria de Goiás e FUNDEQ – Fundo de Equalização para o Empreendedor.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao primeiro semestre de 2023, foi dada pela Diretoria em 02 de agosto de 2023.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações financeiras Declaração de conformidade e base de mensuração As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras nos e nas conformidades da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976; Lei do Sistema Financeiro Nacional nº 4.595/1964 e normas do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil.

Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os periodos.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Nota 3 – Principais práticas contábeis adotadas

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda de apresentação e funcional

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para aquelas de natureza financeira.

c) Ativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigível a longo prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do FCO; BNDES; FINEP; CEF e do FUNGETUR são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observa-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, oserva-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis adatas de vencimento.

10 Calva e equivalentes de calva

saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Passivo Circulante e Exigíveis al Chargo Prazo, observa-se os fluxos de desemboloso previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizávei a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigívei a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

1) Calxa e equivalentes de calxa
Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa esses correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata.

e) Obrigações por empréstimos e repasses
As operações com cláusula de atualização monetaria e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, liquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva das operações.

f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com a Circular nº 3.088/01 do Banco Central e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, a tendendo aos seguintes critérios de contabilização:

1) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

1) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado e os ganhos e as perdas sedecorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do património líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos ributários, quando aplicável, denominada "Ájustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda. Os sanhos e as perdas, cuando realizados, são reconhecidos en conta específica do património líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos r

As operações ativas renegociadas com saldo devedor até R\$ 50 são reclassificadas para rating inicial, salvo aquelas que estão no risco H, que poderão, de acordo com a política da Goiás-Fomento alinhada a Resolução 2.682/99, do CMN, as qualas a reclassificação do seu rating passa a ser objeto de revisão. As demais operações, a princípio, ficam no mesmo rating e passam também, de acordo com a referida política, a ser analisadas com a possibilidade de serem reclassificadas. As renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como invel H, e seu rating passa no mês seguinte a ser objeto de revisão. Desta forma, os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. No semestre foram compensados em prejuízo operações de crédito no montante de R\$ 8.089 (1º semestre/2022 - R\$3.723 e exercício/2022 - R\$ 7.960). Os créditos recuperados no semestre de 2023 foram de R\$ 6.202 (1º semestre/2022 - R\$ 5.668 e exercício/2022 - R\$ 13.022). h) Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos. Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, quando da cocrrência de inadimplência. Na conformidade do Artigo 4º, Parágrafo 1º da Resolução 2.682/99, do CMN, o prazo para a classificação das operações de crédito a faixa de risco estabelecidas pela referida Resolução é contado em dobro, para as operações de longo prazo com garantias.

1) Outros valores e bens

Compostos basicamente por ativos não financeiros mantidos para vendas — outros imóveis, reclassifi-As operações ativas renegociadas com saldo devedor até R\$ 50 são reclassificadas para rating inicial

1) Outros valores e bens Compostos basicamente por ativos não financeiros mantidos para vendas – outros imóveis, reclassifi-cados de Bens Não de Uso Próprio, conforme Resolução 4.747/19 do CMN, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios, recebidos em dação de pagamento, os quais são demonstrados a valor do custo, ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. As Despesas Antecipadas correspondem a aplicações de recursos cujos beneficios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

. Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, quando aplicável.

Î. Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, quando aplicável. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Agência ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os beneficilos, riscos e controles desses bens.

II. Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. Divulgadas na Nota 8.

III. Os ativos intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos beneficios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por bens incorpóreos destinados à manutenção da Agência, ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534/16 do CMN. Está composto por direitos e desenvolvimento de softwares. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgada na Nota 8.

calculada pelo meiodo initear as taxas divulgada ha rivola o. K) **Avaliação do valor recuperável** Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente, eventuais perdas quando identificadas são reconhecidas no resultado, tanto, para os Bens de Uso quanto, para o Bens Não de

I) Ativos e passivos contingentes O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas, são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou com-

em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recedimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinida de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provivel o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

m) Impostos

Calculados às allquotas abaixo demonstradas, consideram para efeito das respectivas bases de cálculo a lacislorão vinente partinente a cada encarro.

Descrições

RPJ - Imposto de renda	15%
dicional de imposto de renda (*)	10%
SLL - Contribuição social sobre o Lucro Líquido	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	4%
SSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	5%
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o Lucro	Real, acrescida

de adicional de 10% sobre o excedente a R\$120 mil reais no semestre. A base de cálculo dos valores do imposto de renda e da contribuição social, estão evidenciados na

A base de cálculo dos valores do imponota explicativa 15.

n) Provisão para férias e 13º. salário E constituída com base nos direitos ad os adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais.

Nota 4 – Disponibilidades e títulos e valores mobiliários a) Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Descrições	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidade	8	12
Títulos públicos federais – LFT (*)	8.333	9.455
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa	108.210	84.334
Cotas de fundos de investimento – FGI/FIP(**)	3.034	2.529
Totais	119.585	93.330

São mantidos títulos públicos federais, conforme Artigo 6º da Resolução nº 2.828, de

(*) LFT - São mantidos titulos publicos lederais, contiente rauge o da l'accessage 30/03/2001.

(**) FGI - A GoiásFomento opera com a garantia do Fundo Garantidor para investimentos, administrado pelo BNDES. Em 30/06/2023, no valor de R\$ 196 (cento e noventa e seis).

FIP - A GoiásFomento possui aplicações em cotas de fundos de investimento em participações - FIP Venture Brasil Central e são administradas por instituições financeiras privadas, sendo que as cotas dos fundos são mensuradas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço. Em 30/06/2023, as cotas são no valor de R\$ 2.838 (dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil reais).

**Deceitas com os títulos a valores mobiliários

Descrições	30/06/2023	31/12/2022
Títulos públicos federais - LFT (*)	534	1.105
Fundos de investimentos de renda fixa	6.055	9.701
Fundos de Investimento - FGI/FIP	1.428	412
Totais	8.017	11.218

(*) Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação, são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

Nota 5 - Operações de crédito e leilão de bens não de uso próprio

Nota 3 – Operações de crédito da Agência de Fomento estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As principais informações sobre essas operações são

as seguintes:
a) Composição total da carteira e prazos

Descrições	30/06/2023	31/12/2022	
Empréstimos	51.056	56.890	
Comércio	26.543	30.436	
Indústria	4.792	5.918	
Serviço	24.257	29.209	
Empréstimos pessoas físicas	2.746	405	
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(7.282	(9.078)	
Financiamentos	36.943	53.913	
Comércio	13.418	21.779	
Indústria	5.958	7.899	
Serviço	19.630	25.269	
Financiamentos pessoas físicas	1.478	5.429	
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(3.541)	(6.463)	
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.756	3.693	
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.841	3.731	
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(85)	(38)	
Subtotais das provisões	(10.908)	(15.579)	
Financiamentos leilão	534	478	
Financiamentos leilão	539	483	
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(5)	(5)	
Total das provisões	(10.913)	(15.584)	
Descrições	Períodos		
Curto prazo	30/06/2023	31/12/2022	
Empréstimos	38.849	43.760	
Financiamentos	19.798	34.015	
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.145	1.179	
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(7.814)	(11.774)	
Subtotal	52.978	67.180	
Financiamentos leilão	83	56	
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa de leilão)	(1)	(1)	
Totais	53.060	67.235	
Descrições	Períodos		
Longo Prazo	30/06/2023	31/12/2022	
Empréstimos	19.489	22.208	
Financiamentos	20.686	26.360	
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.696	2.553	
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(3.094)	(3.805)	
Subtotal	41.777	47.316	
Financiamentos leilão	456	427	
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa leilão)	(4)	(4)	
Totais	42.229	47.739	

		Ni	iveis de	Risco					
EMPRÉS	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - Parcelas Vincendas								
Operações/Crédito	Α	В	С	D	E	F	G	Н	Total
Até 90 dias	398	16.563	610	216	254	298	179	915	19.433
De 91 a 180 dias	295	11.877	504	171	210	268	97	689	14.111
De 181 a 360 dias	454	18.649	745	269	299	439	154	1.046	22.055
Acima de 360 dias	772	38.834	1.890	612	528	702	146	1.990	45.474
Parcelas vincendas	1.919	85.923	3.749	1.268	1.291	1.707	576	4.640	101.073
EMPRÉS	STIMOS	E FINAN	CIAMEI	NTOS -	Parcela	s Venc	idas		
Operações /Crédito	Α	В	С	D	E	F	G	Н	Total
Mais de 90 dias	7	455	729	162	195	244	167	847	2.506
De 91 a 180 dias	-	-	47	19	91	148	108	793	1.206
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	33	6	58	1.024	1.121
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	296	296
Parcelas vencidas	7	455	476	181	319	398	333	2-960	5.129

b) Concentração de crédito e risco de crédito

Descrições	30/06/2023	31/12/2022
Principal devedor	1.724	1.797
% sobre o total da carteira op. crédito	1.62%	1,37%
Vinte maiores devedores	17.003	18.594
Percentual do total	16,01%	14,24%

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa A provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios da classificação de risco previstos na Resolução nº 2.682/99, do CMN:

Níveis de risco	(%) de PDD R. 2682	Op. de crédito: 30/06/2023	Provisão 30/06/2023	Op. de crédito: 31/12/2022	Provisão 31/12/2022
Α	0,5	1.925	9	3.205	16
B*	1	86.379	864	103.426	1.034
С	3	4.225	127	4.672	140
D	10	1.449	145	1.722	172
E	30	1.611	483	2.558	768
F	50	2.104	1.052	1.510	755
G	70	920	644	2.554	1.788
Н	100	7.589	7.589	10.911	10.911
Totais	-	106.202	10.913	130.558	15.584

*Em 2023, estão classificados no nível de risco *B* além, das operações de crédito o valor de outros créditos relativamente a alienação de ativos não financeiros - Bens não de uso próprio, no valor de R\$ 540 (quatrocentos e quarenta reais).
d) Evolução da PDD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Semestre
12.652
8.904
(5.972)
15.584
8.904
(5.972)
10.913

e) Receitas com a carteira de operações de crédito. Conforme Artigo 9º da Resolução 2682/99, do CMN.

Descrições	30/06/2023	31/12/2022
Operações de crédito	6.204	14.610
Rendas de repasses interfinanceiros	380	867
Total	6.584	15.477

f) Garantias - As garantias concedidas à Agência de Fomento de Goiás, são instrumentos utilizados para a mitigação de risco de crédito dos financiamentos concedidos. A Instituição aceita essas garan-tias de forma isolada ou cumulativamente, sejam: Garantias Reais; Fidejussórias; Alienação Fiduciárias de Bens Moveis e Imóveis e Fundos Garantidores de Crédito.

Nota 6 - Outros ativos

Rendas a receber – Prestação de serviços	10.200	17.390
Outras rendas a receber - convênios	644	1.236
Adiantamentos concedidos	852	198
Créditos tributários (L. Prazo Nota 15.2)	8.309	10.337
Devedores por outros valores e bens - Leilão	539	483
Provisão para outros créditos - Leilão	(10.395)	(5)
Impostos e contribuições a serem restituídos	1.073	1.132
Devedores por depósitos em garantia (*)	2.985	796
Pagamentos a Ressarcir	6.536	6.342
Outros	888	3.000
Totais	21.631	40.909
Curto Prazo	13.322	30.572
Longo Prazo	8.309	10.337
(*) Nesta rubrica estão registrados os depósitos judiciais das aco	es em curso, tanto	trabalhistas quant

cíveis

NOTA 7 – Outros valores e bens a) Resumo das contas 30/06/2023 31/12/2022 Descriçõe Ativos não financeiros mantidos para venda (b)
Provisão para desvalorização (b) Despesas antecipadas 6.536 6.738 b) Ativos não financeiros mantidos para venda – Referidos bens compreendem os bens não de uso próprio, nas conformidades da Resolução do CMN 4.747/2019. Referidos bens são levados a leilão público e, conforme normas, por vendas direta. üEsses ativos foram avaliados há menos de um ano.

Descrições

tota o – i ermanente					
Descrições				30/06/2023	31/12/2022
	Taxa anual	Custo	Depre- ciação	Valor residual	Valor residual
Investimentos	-	10	-	10	10
Imobilizado em curso - Projeto	-	34	-	34	34
Imóveis de uso – Terrenos	-	2.422	-	2.422	2.422
Imóveis de uso – Edificações	4%	1.867	(936)	931	968
Imobilizado de uso	10%	1.724	(1.253)	471	538
Intangível	20%	394	(394)	-	3
Totais	-	6.675	(2.450)	3.868	3.975

Referidos bens foram avaliados, onde os laudos estão com valor superior aos valores ativados

Taxa Média Prazo Médio

Nota 9 – Obrigações por empréstimos e repasses
Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Agência Brasileira de Inovação – FINEP e Fundo
Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e Caixa Econômica Federal – CEF e Fundo
Geral do Turismo – FUNGETUR, a saber:

BNDES	2.93 a.a.	1anos/6 meses	30/06/23	31/12/22
Obrigações			848	1.167
Curto Prazo			699	710
Longo Prazo			149	457
FINEP	1,55% a.a.	5 anos/2 meses	30/06/23	31/12/22

Obrigações			3.847	2.545
Curto Prazo			294	309
Longo Prazo			3.553	2.236
FCO	7,35% (pré a.a) TFC (pós a.a)	2 ano/4 meses	30/06/23	31/12/22
Obrigações			8.248	10.303
Ot. D			0.704	1.015

Curto Prazo			3.704	4.015
Longo Prazo			4.484	6.288
CEF	1,87% a.a	8 meses	30/06/23	31/12/22
Obrigações			5.040	7.981
Curto Prazo			5.040	6.154
Longo Prazo			-	1.827

FUNGETUR	30/06/23	30/12/22
Obrigações	28.309	32.706
Selic a.a. Prazo medio 2 anos – Recui	Curto Prazo sos em caixa 16.144	17.948
INPC a.a. de janeiro a setembro/21 e de outubro a dezembro passou para SELIC a.a. sendo a média 0,24% a.m. Prazo médio 1 anos/8 meses	Longo Prazo idos (Op. 12.165	14.758
Totais	46.292	54.702

Nota 10 – Outras obrigações		
Descrições	30/06/2023	31/12/2022
Dividendos e bonificações a pagar	-	2.686
Subtotal	-	2.686
Fiscais e previdenciárias	1.265	773
Impostos e contribuições	950	1.725
Subtotal	2.215	2.498
Credores diversos	4.848	3.455
Provisão de férias e 13 salários	2.980	2.056
Contingências	803	804
Obrigações por aquisição de bens/direitos	16	178
Outras	128	884

Nota 11 - Capital social

Subtotal

Totais

Nota 11 – Capital social

O Capital social

O Capital social

O Capital social autorizado para a GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)
e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 186.394.379,58 (cento e oitenta e seis milhões, trezentos
e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), representado por
186.394.379 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Nota 12 – Despesas da intermediação financeira

Descrições	30/06/2023	31/12/2022
Provisão p/devedores duvidosos (*)	3.714	13.236
Provisão p/desvalorização de títulos	10.390	55
Totais	14.104	13.291

(*) A despesa com provisão para devedores duvidosos para a carteira de operações de crédito, está nas conformidades da Resolução 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

Nota 13 - Despesas de pessoal, administrativas e tributárias, inclusive, PASEP/COFIS e ISSQN

Descrições	30/06/2023	31/12/22
Despesas de pessoal (*)	14.363	28.718
Honorários - Nota 19	1.174	2.323
Subtotal	15.537	31.041
Água, energia, gás, aluguéis	151	256
Comunicação	68	144
Manutenção/conservação	93	208
Serviços de terceiros	406	876
Informações cadastrais	108	249
Correspondente de crédito	29	133
Propaganda/pub. publicação	69	73
Técnicos especializados	1.243	2.977
Vigilância e segurança	304	564
Transportes	91	181
Emolumento jud/cartorário	773	1.262
Tarifas bancárias	125	340
Outros	920	551
Subtotal	4.380	7.814
Tributarias (**)	1.467	3.249
Subtotal	1.467	3.249
Totais	21.384	42.104

(*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores. (**) Despesas Tributárias, incluem ISSQN, PASEP e COFINS.

Nota 14 - Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrições	30/06/2023	31/12/2022
Outras receitas		
Prestação de serviço (*)	6.246	15.376
Recuperação de crédito (**)	6.202	13.022
Recuperação enc. despesas	179	1.657
Repasse interfinanceiro (***)	380	867
Reversão/pv. operacionais	-	222
Equalizações de taxas	2580	5.765
Outras	1.982	5.268
Total de outras receitas	17.569	42.177
Outras despesas		
Amortização do intangível	3	79
Depreciação	114	231
Repasses interfinanceiros	2.562	6.414
Provisão para contingência	13	10
Outras	28	259
Totais de outras despesas	2.720	6.993

(*) As receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, as taxas de serviços prestados aos fundos públicos estaduais, tarifas por concessão de créditos e por outros serviços específicos relacionados ao crédito.
(**) Referem-se à recuperação de operações de crédito que haviam sido compensados em prejuízo.
(***) Refereme as receitas com repasses interfinanceiros, não constam nessa Nota, os valores referentes as correções dos valores disponíveis do FUNGETUR a serem repassados aos possíveis mutuários da GoiasFomento, esses valores estão aplicados no mercado financeiro, classificados em títulos e valores mobiliários conforme Nota 4 b) e as receitas com correção da operações de crédito referente aos repasses, estão classificas na rubrica rendas de operações de crédito, constantes da Nota 5 e).

Nota 15 – Impostos, contribuições e ativo fiscal diferido 15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social a) Base de tributação

Descrições	31/12	2022
Descrições	IRPJ	CSLL
Resultado do período	(6.412)	(6.412)
Juros sobre capital próprio	-	-
Resultado do período	(6.412)	(6.412)
+ ADIÇÕES		
Provisão para devedores duvidosos/2023	21.303	21.303
Operações de crédito compensadas em prej. a excluir	6.840	6.840
Despesas não dedutíveis	1.245	1.245
Totais das adições	29.388	29.388
(-) EXCLUSÕES		
Provisão/devedores duvidosos períodos anteriores	(21.355)	(21.355)
Operações de crédito compensadas em prejuízo	(1.336)	(1.336)
Outras exclusões	(1.119)	(1.119)
Totais das exclusões	(23.810,)	(23.810,)
= Lucro Real	(834)	(834)
	1	
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Realização liquida de créditos tributários	1.002	1.026

15.2 - Imposto de renda e contribuição social - diferidos ativos

15.2 — Imposto de renda e contribuição social — diferidos ativos A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro. Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Resolução do CMN de nº 4.84/2/0, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 30/06/20/32, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis. Assim, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

a) Movimentação da conta do ativo no período

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
Saldo em 31/12/2022	5.618	4.719	10.337
Constituição no exercício	273	303	575
Realização no exercício	1.275	1.329	2.603
Saldo/30/06/2023 - Nota 6	4.616	3.693	8.309
Totais a Curto Prazo	-	-	-
Totais a Longo Prazo	4.616	3.693	8.309

b) Estimativa de realização dos créditos tributários A perspectiva de realização do

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

	2023		2024		
Descrições	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre	
Imposto de Renda	1.045	1.045	1.045	1.481	
Contribuição Social	836	836	836	1.185	
Totais	1.881	1.881	1.881	2.666	

c) Natureza dos créditos
A base de cálculo para os ativos fiscais diferidos são: Provisão de créditos de liquidação duvidosa,",
Provisão dos créditos compensados em prejuízo e provisões não dedutíveis. Até 30/06/2023, foram
constituídos e realizados parte desses créditos. Sendo o saldo a realizar no valor de: R\$4.616 de
Imposto de Renda e R\$3.693 de CSLL, totalizando em R\$8.309.
d) Classificação contábil dos créditos tributários
Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

Nota 16 – Destinação do resultado
A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descrições	30/06/2023	31/12/2022
Lucro do Exercício	(8.440)	3.368

<u>Nota 17 – Partes relacionadas</u> As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar, conforme demonstrados.

Partes relacionadas	Ati	vo	Passivo		Resultado	
Descrições	30/06/23	31/12/22	30/06/23	31/12/22	30/06/23	31/12/22
FUNPRODUZIR(***)	606	3.381	-		3.464	8.804
FOMENTAR(***)	9.580	13.985	-	-	2.277	5.416
FUNBAM	-		-	-	-	365
FUNDEQ – Equalização (*)	314	-	-	-	1.153	1.611
FUNPRODUZIR - Equalização (*)			-		874	2.725
Crédito produtivo	12	21	-			52
JCP – Estado de Goiás	-		-	2.350		-
Convênios (**)	321	1.236	-	-	1.982	1.428

(*) As taxas de equalizações referem-se ao subsídio do FUNPRODUZIR e do FUNDEQ às empresas de

(*) As taxas de equalizações reterem-se ao substito do FUNPRODUZIR e do FUNDEQ as empresas de pequeno porte sob a forma de equalização de juros em operações de crédito.

(**) Convênios com diversos, tais como: Secretaria de Desenvolvimento Social – Aprendiz do Futuro; Secretaria da Retomada – Bolsa Qualificação; Prefeitura de Itapuranga – Cartão Xixá Itapuranga; Secretaria do Desenvolvimento Social – Crédito Social e Mães de Golás; Fundação de Amparo a Pesquisa – Empodera; Agência Golánia de Habitação – Pra Ter Onde Morar; Prefeitura de Itumbiara – Renda Mais Itumbiara (***) Referidas Rendas a Receber, por determinação do Banco Central do Brasil, foram provisionadas raza nerdas.

para perdas.

Nota 18 – Exigibilidades de capital principal e limites de imobilização

Nota 18 – Exigibilidades de capital principal e limites de imobilização

O bemonstrativo de limites operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações: a) Apuração da Situação da Instituição; ob) Apuração da Exigência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e enviado mensalmente ao Banco Central, o documento 2061.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados

e validados através de módulos proprietários. Índice da Basiléia e de Imobilização (DLO)

dores em 30/06/2023, obtidos conforme regulamentação em Apresentamos abaixo, os principais indic vigor:

Descrições	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência	189.094	195.182
Índice de basiléia	48,43%	53,60%
Nível I	43,02%	43,63%
Índice de imobilização basiléia	2.05%	2,04%
Limite	94.547	97.591
Situação	3.868	3.975
Folga de imobilização	90.679	93.616

O Banco Central publicou as regras de Basiléia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional, em março de 2013: Resolução nº 4.955/2021 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência (PR); Resolução nº 4.958/2021 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) de nível 1e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal. E demais normas do Banco Central, tais como: Circulares, Cartas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supracitadas, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weiglted Assets).

plementam as regras estabelecidas nas resoluções supracitadas, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na siga em inglês para Risk-Weiglted Assets).

O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.192/13 do CMN, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nivel I e Nivel II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.958/21 do CMN, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nivel I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas, tais como: Resolução 4.557/17 do CMN; Resolução nº 229/22 e 3.634/13 do Banco Central do Brasil.

3) Risco operacional

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 4.557/17 e 4.958/21 do CMN e Circular 3.640/13 do Banco Central.

b) Risco de liquidez

A Goiás-Fomento possui política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, e plano de Contingência de Liquidez, com as devidas ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

c) Gerenciamento de capítal

A Goiás-Fomento possui plano de capital que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos em que a instituição está sujeita, abrangendo um período de três anos, em consonância com o planejamento estratégico.

d) Risco de crédito

As diretizes e atribuções para o gerenciamento de riscos de crédito estão contemplados na Política de Gestão de Riscos em conjunto com a Política de Crédito de Desenvolvido – PCD.

O cálculo da parcela do *RWAcpad*, valor da alocação de capital para o risco de mercado, é efetuado conforme a Resolução nº 229/12 do Banco Central do Brasil.

e) Julgamento da administração sobre o

30/06/2023 Descrições 31/12/2022 Capital Principal Patrimônio de referência

Compatibilização do patrimônio de referência

Descrições	30/06/2023	31/12/2022
PR- Patrimônio de referência	189.094	195.182
RWA - Risk -Weighted Assets	357.273	364.137
Margem PR nível I requerido	167.658	173.334
PR Nível I mínimo requerido para o RWA	21.436	21.848
Margem s/ capital requerido	173.017	172.796
Capital principal mínimo requerido para o RWA	16.077	16.386
Índice basiléia capital	43,02%	49,10%
Índice basiléia amplo	52,93%	53,60%

g) Risco socioambiental A GoiásFomento possui Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional. Nota 19 – Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração é fixada em assembleia geral de acionistas

Descrições	30/06/2023	31/12/202
Proventos	463	95
Gratificações	19	2
Conselho de administração	353	61
Outros	339	73
Totais	1.174	2.32

A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Nota 20 – Seguros A Instituição mantém seguro predial (não auditado).

Nota 21 - Avais e fianças A Agência de Fomento não possui operações de concessão de avais ou fianças em 30/06/2023 e

Nota 22 – Ativos e passivos contingentes

A Agência de Fomento de Goiás é parte em diversas ações judiciais, sendo elas: Ações Trabalhistas,
Cíveis e Fiscais, os critérios para o valor das provisões para as referidas contingências são adequados
às características específicas das ações, bem como outros riscos, levando em consideração a opinião
dos advogados, a natureza das ações, a semelhança com ações anteriores e com a jurisprudência. A provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável. A administração julga necessário para aquelas ações classificadas como de perda possível, mas que houve histórico de perda, provisio-

para aquelas advos classificadas como de perda possiver, mas que nouver historico de perda, provisio-nar os referidos casos recorrentes.

i. Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que asse-gurem elevado grau de confabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação

da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exiglyel; il. Passivos contingentes - Decorrem basicamente de processos cíveis e trabalhistas. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis perda, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Desta forma, o valor e apurado de acordo com a estimativa de desemboliso feita pela Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais.

A Provisões para passívos contingentes e riscos fiscais

A Agência é parte em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Referidas ações estão em poder da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, Escritórios Terceirizados e Advogados da Adencia, que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constituí-se

Agência, que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constitui-se provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas com as referidas ações, cújo risco já foi considerado como provável ou recorrente.

provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas com as referidas ações, cujo risco já foi considerado como provável ou recorrente.

- Ações trabalhistas: São dez processos, visando direitos adquiridos, por ex-servidores da Agência. Não há ações classificadas como de perda provável, a maioria delas estão classificadas como perda possível, mas que já houve perda por fato semelhante, a Administração decidiu provisiona-las. Essas provisões totalizam em 30/06/2023 no montante de R\$218 (duzentos e dezoito mil).

- Ações civeis, sendo: São diversos processos, visando a reparação de supostos danos morais e ou materiais, por alegarem registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito, por alegação de descumprimento contratual e outros. Nove desses processos há ações classificados como de perda provável e as mesmas estão devidamente provisionados. Essas provisões totalizam em 30/06/2023 no montante de R\$586 (quinhentos e o identa e seis mil reais).

Outros processos, demandadas conta a Agência por um ex-advogado do FOMENTAR — Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Golás, à época contratado pelo extinto BEG—Banco do Estado de Golás 5/A. O referido FUNDO é sem risco para esta Agência. Sobre essas ações, a PGE — Procuradoria Geral do Estado de Golás, que defende a Agência de Fomento nessas causas, manifestou-se, em principio, ser remota a probabilidade de perda das referidas ações.

- Ação Fiscal: Fisco Federal — Auto de Infração PIS/PASEP e COFINS.
A GolásFomento adota o regime Cumulativo do PIS/PASEP e COFINS.
A GolásFomento adota o regime Cumulativo do PIS/PASEP e COFINS.
Regime Cumulativo, gendo a possibilidade do engrada sa Agências no Regime de Apuração Não-Cumulativa, destas contribuições, nos termos das Leis 10.637/02 e 10.833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas instituições descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% do (PIS/PASEP) e 7,6% do (COFINS).

descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as aliquotas de 1,65% do (PISIPASEP) e 7,6% do (COFINS) de 10 de 2014 a GoiásFomento recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob o nº MPF 0120100.2014.00323, solicitando esclarecimento sobre a utilização do regime Cumulativo para apuração e cálculo das contribuições sociais para PISIPASEP e COFINS, utilizado por esta instituição, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o REGIME utilizado deveria ser o Não-Cumulativo, tendo em vista que as Agências de Fomento não se enquadraram no rol de instituições financeiras do Artigo 3º, Parágrafo 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto a forma de recolhimento utilizada pela GoiásFomento e pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendencia da Receita Federal da Região 1º Região Fiscal acatado os esclarecimentos apresentados, lavrando Auto de Infração nº 10120-728.196/2014-00, em 09/1014. Muito embora, a diferença entre a utilização do Regime Cumulativo e Não Cumulativo aplicado sobre omontante das receitas financeiras é garantida a aliquota zero (0) previsto no Decreto nº 5.442/05, o referido Auto acabou sendo lavrado no valor de R\$ 3.554 (três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil reais), contrariando o direito previsto pelo Artigo 1º do referido Decreto a que a Instituição faz jus. Até o inicio de 2021 a GoiasFomento contratou escritório de advocacia especializado para Até o início de 2021, a Procuradoria do Estado de Goiás — PGE, patrocinava a defesa junto a Reci-ta Federal. Em junho de 2021 a Goias-Formento contratou escritório de advocacia especializado para continuar com o processo, que apresentou recurso voluntário interposto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, no processo administrativo protocolado em 28/06/2021. O recurso teve como última movimentação a remessa ao referido CARF, no dia 22/07/2021, e está aguardando julgamento. A classificação quanto a probabilidade de perda é possível. Posição em 30/06/2023, continua a mesma.

Nota 23 – Agente financeiro dos fundos públicos A Agência de Fomento é o agente financeiro dos seguintes fundos públicos do Estado de Goiás, rela cionados abaixo, e as principais informações sobre esses fundos são:

Fundos Públicos	PL em 30/06/23	Receita/23	PL em 31/12/22	Receita/22
FUNPRODUZIR	2.231.802	3.464	2.009.807	8.856
FUNMINERAL	20.069	-	18.627	-
FOMENTAR	1.015.732	2.277	398.147	5.416
FUNBAN	32.963	-	31.727	365
FUNDEQ	33.641	1.153	32.323	1.611
TOTAL	3.334.207	17.188	2.490.631	17.188

Nota 24 - Instrumentos financeiros

Estratégico da Instituição.

As demonstrações financeiras são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações da Agência. O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro aproxima-se do seu correspondente valor de mercado.

Nota 25 - Gerenciamento de riscos e de capital

Nota 25 – Gerenciamento de riscos e de capital A Gestão de Riscos na Goiás-Fomento atende às exigências normativas e aos níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos inerentes às atividades da instituição e aos quais está exposta. A política de gerenciamentos de riscos e a política de gerenciamento de capital a Declaração de Apetite por Riscos – RAS e demais documentos relacionados à Gestão de Riscos são submetidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Goiás-Fomento. A Gestão de riscos e de capital no âmbito da Goiás-Fomento é realizada de forma centralizada, por meio de uma estrutura compatível com a natureza das operações, e com a complexidade dos produtos e servicos.

meio de uma estrutura companiver com a nationa de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, e aprovadas pelas alçadas competentes. A Goiás-Fomento procura alinhar as suas atividades de gestão aos padrões recomendados pelo fiscalizador, que adota os padrões do Comitê de Basiléia, para estar adequada às melhores práticas

de mercado. Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio da GoiásFomento (www.goiasfomento.com) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, bem como o relatório de Pilar 3, aprovados periodicamente pelo Conselho de Administração da Goiás-

Fomento.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela Goiás-Fomento.

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial na administração da Agência de Fomento.

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial na administração da Agência de Fomento.

Procuramos estar alinhados com o modelo de 3 (três) linhas do Instituto dos Auditores Internos do Brasil — IIA. Os principais fatores de riscos monitorados são:

a) Risco de mercado — A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confláveis de mercado, tanto internos quanto externos. Considerando que:

A carteira da Goiás-Fomento é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria, sendo que estas exposições estão classificadas na carteira banking (carteira bancária, de não negociação).

O risco de mercado do a carteira de crédito é preponderante em relação ao da carteira de tesouraria; a Instituição não toma decisões de alocação da carteira de crédito com base nesse risco; e Esse risco é Infimo se comparado ao Patrimônio de Referência (PR) da instituição, consideramos o Risco de Variação das Esvaração das Patrimônio de Referência (PR) da instituição, consideramos o Risco de Variação das Esvaração das carteira Bancária (IRR8B)

Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB) como um risco não relevante. No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de

como um risco não relevante.

No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

b) Risco de crádito – A Gestão do risco de crédito busca evitar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração ac lassificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Gerenciamento do risco de crédito da Agência permite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados às operações de crédito, abrangendo os setores envolvidos na análise, concessão, acompanhamento, controle e recuperação das operações de crédito. No gerenciamento e controle do Risco de Crédito, busca-se entre outros assegurar que:

O risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado, e acompanhado através do cálculos da taxa de inadimplência, dos índices de provisão e de concentração, finalidade do crédito; porte das empresas; grupo econômico; setor de atividade; rating e localização geográfica;

Os resultados obtidos na análise de risco da carteira subsidiem a tomada de decisão no sentido de transfeir ou direcionar recursos para os projetos que apresentem a melhor relação entre aderência aos normativos e rentabilidade, com o objetivo de extrair e aperfeiçoar as informações de modo que setajam em equilibrio com as normativas definidas nas diretrizes, Políticas próprias, e no Planejamento Estratégico da Instituição.

Estratégico da Instituição.

Para a recuperação de créditos inadimplidos, a GoiásFomento realiza diversos procedimentos formalizados em Resoluções específicas, que normatizados, identificam as atribuições relativas a gestão de
cobrança e recuperação de operações de créditos distribuídas entre a GECEX – Gerência de Cobrança
Extrajudicial – que centraliza as ações relativas à cobrança em âmbito administrativo, dos clientes inadimplentes e, a GERAT – Gerência de Recuperação de Ativos, que centraliza a gestão das demandas
judiciais decorrentes das operações de crédito e gerencia os procedimentos de cobrança e acompahabanto de que de situação excisione considerad e consequence de forção de couperações.

dimplentes e, a GE-RAI – Gerência de Nécuperação de Ativos, que centraliza a gestão das demandas juliciais decorrentes das operações de crédito e gerencia os procedimentos de cobrança e acompanhamento daquelas ajuizadas, assim considerados aqueles que encontrem-se em fase de execução, seja por meio próprio ou dos escritórios de advocacia e cobrança terceirizados. Ambas têm o objetivo de recuperar o capital financiado.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA-cpad, calculada em consonância com a regulamentação em vigor;
c) Risco operacional - A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Presidência, independente das áreas de negócio. O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos ou sistemas. Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, a Agência de Fomento de Goiás S/A adota como metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basiléia II, a "Abordagem do Indicador Básico" - BIA para determinação da parcela de risco operacional (RWAcpad), de que trata as Resolução CMN nº 4.958/2021 e Circular nº 3.640/13. A GoiásFomento possui como política a busca constante de melhoria nos processos internos, controles, capacitação de pessosal e tecnologia, visto que esses fatores contribuem significativamente para a mitigação de riscos. A instituição possui plano de capacitação com objetivo de constituir ações de capacitação e aprimoramento aos colaboradores, a fim de agregar valor às competências profissionais, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades institucionais. O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento, ocorreto e tratamento dos riscos operacionais aos quais a

A metodologia de gestado do Risco Operacional busca realizar analise para identificação, avaliação, inonitoramento, controle e tratamento dos riscos operacionais aos quais a Goiás-Fomento está exposta. Para o tratamento dos riscos, são definidas as responsabilidades, cronogramas e recursos neces-sários à sua efetiva implementação, levando em consideração critérios de economicidade, qualidade e eficiência, de acordo com as boas práticas de controle e gestão. As estratégias de tratamento dos riscos operacionais identificados devem contemplar, prioritariamente, o aprimoramento ou implantação de controles internos, visando sua mitigação, sendo então divulgados às áreas afins e a todos colaboradores da Institutição;

(a) Risco de Liquidoz - É o risco de a instituição se tornar inadimplente quanto ao pagamento de passivos. Inexiste este risco na Agência em face de sua estrutura patrimonial que evidencia ativos circulantes muito superiores aos passivos de curto prazo.

A qualidade dos ativos deve ser perseguida e mantida para a geração de resultados estáveis e crescimento sustentado da carteira, contrapondo-se a movimentos adversos de taxas de juros. Assim, evita-se que uma baixa na lucratividade decorrente de perdas incorridas por má qualidade de parcela da carteira ativa possa enfraquecer a capacidade de solvência da Instituição.

A Goiás-Fomento possui níveis de liquidez adequados aos compromissos próprios assumidos, resultado a qualidade de seus ativos, composto por aplicações financeiras em títulos públicos e em cotas de fundo de investimento com carteiras representadas exclusivamente por títulos públicos federais e pelo returno do figuariemente carectidide.

etorno dos financiamentos concedidos

fundo de investimento com carteiras representadas exclusivamente por títulos públicos federais e pelo retorno dos financiamentos concedidos.

A métrica utilizada na gestão do risco de liquidez, consiste na manutenção de um montante mínimo de ativos de recursos próprios com alta liquidez a ser mantido pelo banco, compatível com a exposição do risco decorrente das características das suas operações, bem como das condições de mercado. Este montante deve ser igual ou superior à soma das projeções orgamentárias das despesas administratas, da expectativa de inadimplência de carteira de refeito e eventuais desembolsos financeiros não contemplados no processo orçamentário para o período de 12 (doze) meses.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gestão de Riscos;

e) Lavagem de dinheiro - A GoiásFomento possui Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro Combate ao Financiamento do Terrorismo, a qual prevé procedimentos de monitoramento, seleção e análise de operações/situações suspeitas e atribuições específicas relacionadas ao assunto, para várias áreas da instituição. Com o estabelecimento de procedimentos e controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a GoiásFomento implantou controles sobre possíveis práticas de crimes relacionados à lavagem de dinheiro. Por meio da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração normatizaram os procedimentos para fortalecer a prevenção de lilicitos financeiros. Todos os colaboradores têm acesso ao texto da Política por meio da Intranet (site colaborativo interno da instituição come são publicadas as normativas e demais assuntos de interesse corporativo). Anualmente, os colaboradores, publicadas as normativas e demais assuntos de interesse corporativo). Anualmente, os colaboradores,

têm acesso ao texto da Política por meio da intranet (site colaborativo interno da instituição onde são publicadas as normativas e demais assuntos de interesse corporativo). Anualmente, os colaboradores, em especial os das áreas de negócios, participam de evento sobre o tema;

1) Risco Social, Ambiental e Climático — A Goiás-Fomento aprovou Política de Responsabilidad Social, Ambiental e Climático — Rodiás-Fomento aprovou Política de Responsabilidad Social, Ambiental e Climática (PRSAC) que estabelece os principios e as diretizes que norteiam as ações de natureza social, ambiental e climática da Goiás-Fomento e de seus negócios e na relação com as partes interessadas, considerando a natureza de suas atividades, bem como a complexidade dos seus produtos e serviços, em atenção à Resolução CMN nº 4.945/2021;

2) Risco cibernético: Este risco é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas a ataques cibernéticos ou violações de dados que afetem a organização. A Goiás-Fomento implementou uma política de Segurança Cibernética, de acordo com a exigência estabelecida na Resolução CMN nº 4.945/2021, aprovada pelo Conselho de Administração. Esta política é formulada considerando os requisitos determinados para a contratação de serviços que envolvam processamento, armazenamento de dados e computação em nuvem, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil para instituições financeiras e outras autorizadas a operar.

Para garantir a gestão eficaz desses riscos, a Goiás-Fomento conta com uma estrutura de tecnologia da informação composta por profissionais que supervisionam a rede, os servidores, os softwares providos por terceiros e todos os recursos tecnológicos da instituição. Além disso, a organização implementou uma política de segurança cibernética, que foi ratificada pelo Conselho de Administração, bem como uma política específica voltada à terceirzação de serviços relacionados à tecnologia da informação. Dessa forma, a Goiás-Fomento reforça seu compromisso com a segurança cibernética e a prote

controle do Calpital para l'azer lace aos iscos a que esta exposar, visanto atingir os oupervos estatecgios estabelecidos;
i) Gestão de continuidade de Negócios: A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de administração cujo objetivo é identificar potenciais ameaças que possam interromper as operações de negócios da instituição, além de avaliar os possíveis impactos caso essas
ameaças se concretizem.

A Golás-Fomento adotou medidas robustas para a Gestão de Continuidade de Negócios, incluindo a
implementação de uma Política de Gestão de Continuidade de Negócios (PCN) o Plano de
Continuidade de Negócios (PCN) e O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e O Plano de
Continuidade de Negócios (PCN) e O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e O Plano de
Continuidade de Negócios de Tecnologia da Informação (TI) contemplam os procedimentos essenciais
que devem ser seguidos para manter as operações funcionando de maneira adequada em situações
de contingência.
Essas medidas asseguram que a Goiás-Fomento esteja preparada para lidar com potenciais interrupções e garantir a continuidade de suas atividades essenciais, reforçando assim sua resiliência diante
de possíveis eventos adversos.

rações a respeito do COVID-19 relativos à área de Riscos da Agência de Fomento de Goiás

SA.

A Agência de Fomento de Goiás S/A possui Política de Gestão de Continuidade de Negócios - PGCN e do Plano de Continuidade de Negócios - PCN aprovados pela Diretoria Executiva da Goiás-Fomento. O PCN foi ativado no período da pandemia considerando as diretrizes do Governo do Estado de Goiás. A Organização Mundial da Saúde (DMS) declarou em 05 de maio de 2023, em Genenbra, na Suiça, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19.

A Portaria GM/MS Nº 913, DE 22 DE Abril de 2022 do Ministério da Saúde Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.

26.1 Pandemias A Goiás-Fomento tomará ações de prevenção a fim de evitar pânico e controlar a situação por meio de publicação de informações dos órgãos de saúde do Governo do Estado de Goiás e do Ministério da Saúde. E tomará as medidas cabíveis seguindo as diretrizes da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e/ou Orgãos Superiores. A Goiás-Fomento poderá adotar medidas temporárias de prevenção pole contágico considerando a classificação de risco como potencial. A Diretoria Executiva

prevenção pelo contágio considerando a classificação de risco como potencial. A Diretoria Executiva - DIREX decidirá sobre a opção de trabalho remoto, cujos critérios de medição serão firmados entre o servidor e o representante de sua unidade de lotação. Sendo que a área de Gestão de Tecnologia da Informação – GETEC informará a DIREX sobre: Software, Equipamentos, Licenças e demais recursos necessários para a prática do Home Office.

26.2 – Acesso remoto Em caso de impossibilidade de utilização das instalações da Instituição, poderá ser habilitado acesso remoto aos sistemas da GoiásFomento aos colaboradores, conforme determina-do pela Diretoria Executiva – DIREX, de modo que esses tenham acesso as mesmas áreas e permissões de acesso que esses possuem em suas respectivas estações de trabalho.

Nota 27 - Outras informações

. Resultados recorrente e não recorrentes Na classificação desse resultado, é observado:

Recorrentes – São os resultados obtidos das atividades regulares e constantes, tais como: Receitas e espesas de operações de crédito; receitas e despesas de operações de crédito; receitas e despesas de apliações financeiras; receitas e despesas de apliações financeiras; receitas e despesas de capitação de recursos para repasses; receitas e despesas com prestação de serviços e as receitas e despesas com a manutenção das atividades da GOIÁSFOMENTO.

Não recorrentes — São aquelas receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais, com baixa probabilidade de ocorrer nos próximos exercícios.

Permontrativos*

Descrições	30/06/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(8.440)	3.368
(-) Eventos não recorrentes	10.411	297
1 Reversão de provisão operacionais	-	222
2 Resultado não operacional	8	163
3 Contingências	13	(10) 226
4 Crédito tributário majoração da Contribuição Social(*)	-	226
5 Provisão excedente e de rendas a receber (**)	10.390	(301)
6 Imposto de renda e contribuição social	-	(3)
Resultado líquido do exercício recorrente	1.971	3.071

(*) Decorre de diferenças na base de cálculo do referido crédito, por mudança de aliquota da Contribuicão Social – CSLL de 20 para 21%, de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2022.

(**) Decorre da provisão para perdas de rendas a receber, por orientação do Banco Central do Brasil.
Essas rendas são referentes à prestação de serviços aos Fundos Públicos, no caso, FUNPRODUZIR
EFOMENTAR, conforme Lei Estadual nº 13.533/99, relativo ao período de janeiro de 2016 a junho de
2018. Referida provisão ocorreu em março de 2023, no valor de R\$17,4 milhões, porem até junho de
2023, o Estado efetuou o pagamento de 7 milhões. Restando o valor a receber no montante de R\$10,3
milhões. Que já estão devidamente reconhecidos pelo Estado e com os devidos provisionamentos.

b. Instrumentos Financeiros

b. Instrumentos Financeiros
Em novembro de 2021, foi publicada a Resolução do CMN – Conselho Monetário Nacional nº 4.966, derivada do CPC 48 que veio para alterar a classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros e contabilidade de hadge, atendendo aos critérios da Norma Internacional, ou seja, o IFRS 9, entra em vigor em janeiro de 2025. Tratando, como por exemplo, principalmente: Classificação de Instrumentos Financeiros; Reconhecimento de Juros em caso de Atraso; Cálculo da Taxa Efetiva Contratual; Baixa a Prejuízo e Reconhecimento da Provisão e Classificação das Operações com Problemas de Crádito.

de Crédito.

c. Alterações no tratamento das Perdas – Foi publicado em novembro de 2022 a Lei nº 14.467, mudando o tratamento tributável referente as PERDAS incorridas no recebimento de créditos, derivadas das atividades das Instituições Financeiras, reduzindo as referidas perdas na base de cálculo Lucro Real, impactando aumento de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social.

d. O Banco Central do Brasil, instituiu a Resolução nº 309, em março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos contábeis a serem observados, para as adequações aos padrões internacionais, trazidos pela Resolução do CMN 4 966/2 e entra em vigor em janeiro de 2025.

e. O Banco Central do Brasil, instituiu a Resolução nº 255, em novembro/22, para a reformulação das rubricas do COSIF – Plano de Contas das Instituições Financeiras, para as adequações aos padrões internacionais, trazidos pela Resolução do CMN 4 966/21 e entra em vigor em janeiro de 2025.

f. Plano para implementação da regulamentação contábil conforme exigências da Resolução CMN nº 4.966/201, destacamos que a Golás-Fomento possui Plano para implementação da regulamentação contábil aprovado pelo Conselho de Administração. contábil aprovado pelo Conselho de Administração.

Goiânia-GO, 03 de Agosto de 2023

DIRETORIA EXECUTIVA

EURÍPEDES JOSÉ DO CARMO Diretor-Presidente LUCAS FERNANDES DE ANDRADE Diretor Administrativo e Financeiro LEANDRA ADRIANO DE ASSIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alan Freitas Tavare Presidente Adonídio Neto Vieira Júnior Membro Natália Caliman Vieira Membro

Donalyam Moreira da Costa Maia

Eurípedes José do Carmo Vice-Presidente Fabricio Borges Amaral **Membro** Vânia Aparecida da Silveira Membro

CONTADORA Maria Terezinha da Mota Batista a Terezinna da iviola Da CRC-GO 008031/O-0

> CONSELHO FISCAL Ronaldo Dutra Baía

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30/06/2023

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da AGÉNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS SIA – GOIÁSFOMENTO EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ (MF) 03.918.382/0001-25 Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP.: 74.005-010

Goiânia - GO

rezados Senhores 1) Opinião sem Ressalva

kaminamos as demonstrações contábeis da AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A ("Goiás Fomento"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas de-monstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais

políticas contábeis.
Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS SIA ("GoiásFomento") em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nosa extinción foi condurido de acordo com as pormas brasileiras e internacionais de auditoria. Nosa olíticas contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nos Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nos-sas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à GolásFomento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Ênfase de Auditoria

Mantendo nossa opinião inalterada, conforme nota explicativa n° 27, enfatizamos que em decorrência

da provisão para perdas de rendas a receber, por determinação do Banco Central do Brasil, or sultado líquido do período foi um prejuízo no montante de -R\$ 8.440 mil. Essas rendas são referentes à presta-ção de serviços aos Fundos Públicos, no caso, FUNPRODUZIR E FOMENTAR, conforme Lei Estadual nº 13.533/99, relativo ao período de janeiro de 2014a supple de 2014. Brasil de 1014. ção de Serviços aos Fundos Publicos, no caso, Fone Rodocarte, e comerciar, contorne cas estadada nº 13.533/99, relativo ao período de janeiro de 2016 a junho de 2018. Referida provisão ocorreu em março de 2023, no valor de R\$17,4 milhões, porém até junho de 2023, o Estado efetuou o pagamento de 7 milhões. Restando o valor a receber no montante de R\$10,3 milhões. 4) Principais Assuntos de Auditoria
Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) sao aqueles que, reputamos de maior relevancia em tunção de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exer-cício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações finan-ceiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. 4.1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

4.1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 (c), as demonstrações contábeis incluem provisão
para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 10.913 mil apurada observando os parâmetros
estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco A - H e os percentuais mínimos
esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito da
operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e judgamentos de Goias-Fomento. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de
julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa,
consideramos este assurinos isindificativo em possa autilidira. onsideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Como nossos auditores abordaram esse assunto?
Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de A até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Goiás-Fomento na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos considerações acetidad o nível da provisionamento para créditos de liquidação dividosa no descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis

descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis.

4.2) Valor recuperável dos Créditos Tributários

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15.2, às demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 8.309 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a GoiásFomento adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

**Avaliamos a razoabilidade das premissas su utilizadas pela GoiásFomento em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as aliquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das ádivulgações efetuadas pela Agência nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

5, Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

suração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis contábeis administração e tesponsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a GOIÁSFOMENTO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a GOIÁSFOMENTO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o enceramento das operações. Os responsáveis pela governança da GoiásFomento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstracões contábeis

são do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nivel de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, poseam influenciar dentro de uma perspectiva razoával as decisões econômicas dos usuários tomapossam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários toma

das com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, indepen Identinicamos e avaliamos os arxiscos de distorção relevante nas demonstrações contaleis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria en resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedi-

mentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **GOIÁSFOMENTO**.

sobre a eficácia dos controles internos da GOIÁSFOMENTO.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feltas pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinidão, es as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou conclições futuras podem levar a GOIÁSFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação queral a estrutura e o, conteúrdo das demonstrações contábeis inclusive

alções inturas podem levar a GUIASTOMENTO à não mais se manter em continuidade operacionai.

Avaliamos a a persentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

7) Outros Assuntos

7) Outros Assuntos 7.1) Relatório da Administração A administração da GOIÁSFOMENTO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração

e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, a o fazê-de considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma das demonstrações du com o certario economico mentre do pose na cauda do de concentra do como aparenta esta distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluimos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste

sentido não temos nada a relatar. 72) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. apresentadas exclusi vamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós. Goiânia/GO, 30 de agosto de 2023



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC/PE 000150/O Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira - Contador - CRC/PE 010180/0 9 'S' GO - Sócio Sénior - CNA1 1552. Phillipe de Aquino Pereira -Contador - CRC/PE 028157/O-2 'S' GO - CNA1 4747. Thomaz de Aquino Pereira - Contador

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Golás S/A, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração; as Demonstrações Financeiras e o Estudo dos Créditos Tributários referentes aos semestres findo em 30/06/2023, parte comparado com 30/06/2022 a outras com 31/12/2022, considerando os termos do Relatório da empresa ALIDIMEC Controlo (2022 e dudas com 17/22/2022; o control de la con

Gisele Barreto Lourenço - CONSELHEIRA; Donalvam Moreira da Costa Maia - CONSELHEIRO; Ronaldo Dutra Baía - CONSELHEIRO